

MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Setor das Federais luta contra o PLP 549/09, que congela os salários dos SPF pelos próximos 10 anos



Nos dias 12 e 13 de março, representantes de 23 seções sindicais filiadas ao ANDES-SN estiveram reunidos em Brasília para a Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES; para apreciar a avaliação da conjuntura e da Campanha Salarial de 2009; a Campanha deste ano e o calendário de lutas proposto pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais – CNESF para 2010, apresentado na Plenária Nacional do último dia 14 de março.

O Prof. Luis Mauro Sampaio Magalhães, ex-diretor da ADUR-RJ, foi um dos Coordenadores da Reunião do Setor, representando a Diretoria do Sindicato Nacional. Conforme deliberação do 29º Congresso do ANDES-SN, no que se refere ao Plano de Lutas do Setor das Federais, compete à base do Sindicato Nacional “empenhar-se na reorganização e no fortalecimento da CNESF, intensificando as ações conjuntas em defesa do serviço público e no combate às reformas neoliberais

que retirem direitos dos trabalhadores”. Também foi aprovado que se faça cumprir as reivindicações do Setor das IFES a partir da articulação do Sindicato Nacional no âmbito da CNESF, buscando diálogo com outros fóruns que organizam as categorias de Servidores Públicos Federais (SPF), como da Bancada Sindical e o coletivo dos SPF da Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas.

Conjuntura preocupante: discurso governista é o de investimento nas IFES

Os professores discutiram sobre a conjuntura política e econômica, avaliando a Campanha Salarial de 2009, cujas reivindicações centrais, além da luta em por uma educação pública, gratuita e de qualidade, eram: o combate à sobrecarga e à precarização do trabalho docente, a construção de uma política salarial digna, com a incorporação das gratificações ao vencimento básico e a construção da proposta de carreira única. Os presentes reiteraram afirmações expostas durante o 29º Congresso, destacando que a política divisionista empreendida pelo governo Lula no interior da

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ S. Sind.

Dia: 13 de abril (terça-feira), às 14h, na sede da Associação

PAUTA: 1) Informes; 2) Campanha salarial 2010; 3) Ação judicial referente à tributação sobre o terço de férias.

A reunião com o Conselho de Representantes foi adiada para 13/04, às 13h, na sede, devido às fortes chuvas no RJ

NÃO AO PLP 549 - CONTRA O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS

CNESF, assinando acordos separados com diferentes representantes do funcionalismo público, enfraqueceu a luta conjunta dos SPF.

Os representantes das IFES também demonstraram preocupação com parte da categoria e da sociedade que têm incorporado o discurso de que o governo federal investiu recursos consideráveis nas Universidades, promovendo concursos para a contratação de novos docentes e técnicos, construindo novos campi e aumentando a quantidade e o valor das bolsas de pesquisa, atrelando-os às metas estabelecidas pelo decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Lei 11.874 dividiu categoria: parcela do aumento é só para Associados

O discurso do governo federal tem sido naturalizado por alguns professores, sobretudo porque durante a segunda gestão do presidente Lula, houve a implementação da Lei nº11.874 que resultou em um aumento nos vencimentos dos docentes, com a transformação da GTMS em GEMAS, em fevereiro de 2009. Parte dos docentes pareceu satisfeita com aquele “aumento” mesmo tendo conhecimento que o salário do professor é muito mais baixo do que o de outras categorias do funcionalismo público federal. Além disso, o ANDES-SN defende que os professores tenham direito à isonomia e paridade salarial, desejando que sejam corrigidas as distorções salariais da classe, prejudicada há anos pelos sucessivos governos comprometidos com os interesses privatistas.

No segundo semestre deste ano, será concedida a terceira parcela do acordo firmado entre o governo Lula e CUT/Proifes, que resultará em aumento dos vencimentos APENAS para os professores que se encontram nos níveis superiores da carreira, no caso dos Associados.



Projeto 549/09 prevê congelamento dos salários pela próxima década

O Setor das IFES alertou aos presentes quanto ao Projeto de Lei nº549/09, que se encontra na Câmara dos Deputados, e que prevê o congelamento dos salários dos SPF – incluindo a categoria docente – pelos próximos dez anos.

O Setor das Federais entende que a unidade com os SPF deve ser demarcada pela resistência ao conjunto de medidas propostas pelo governo federal, que, além de aprofundar as perdas salariais entre a categoria e produzir discrepâncias entre os profissionais da ativa e os aposentados, também visa limitar o direito de greve do funcionalismo público, fomentar a desmobilização da categoria, simulando negociações com os SPF.

Reivindicações do Setor devem ser apreciadas em assembléias até 9/4

O Setor das IFES recomenda que as seções sindicais convoquem assembléia até o dia 9/4. A categoria precisa avaliar as seguintes reivindicações do Setor, que tem nova reunião agendada para 16 de abril:

- 1-Atualizar e reafirmar os pontos da pauta da campanha salarial de 2009 para este ano;
- 2-Lutar pela abertura de negociações efetivas sobre a proposta salarial do ANDES-SN, atualizada monetariamente;
- 3-Prosseguir com o debate sobre a ameaça de flexibilização do Regime de Dedicção Exclusiva dos Docentes;
- 4-Indicar à Diretoria Nacional um estudo sobre a possibilidade de campanha publicitária na televisão para melhor esclarecimento da sociedade sobre as últimas ameaças do governo Lula à categoria docente e às Universidades Públicas;
- 5-Defender o Projeto de Carreira Única do ANDES-SN;
- 6-Realizar levantamento sobre a situação das Escolas de Aplicação, das contratações pelo REUNI, do acesso via ENEM e do pagamento da URP junto às instituições de ensino.

Plenária da CNESF aprova eixos de luta dos SPF para este ano

A Plenária Nacional dos SPF, realizada dia 14 de março, em Brasília, sob organização da CNESF, discutiu os eixos da luta unificada das diferentes categorias para 2010, além de um calendário de atividades para deflagrar a Campanha Salarial deste ano.

Foram aprovados cinco eixos centrais para a luta unificada dos SPF, sendo eles: empreender luta contrária ao PLP 549/09 (que limita os gastos com os servidores federais por dez anos); ao PL 298/98 (que trata da avaliação de desempenho do servidor); à regulamentação do direito de greve e à PEC 341 (que retira da Constituição Federal todos os direitos sociais), bem como reivindicar paridade entre ativos e aposentados, com garantia de integralidade de vencimentos para os últimos.

A Plenária sugere que em abril sejam realizados atos, protestos e mobilizações nos estados, incluindo conversas com parlamentares. Ficou definido que, entre 12 e 18/4, os SPF realizarão um grande ato nacional em Brasília, com a presença de caravanas de todos os Estados.

CRISE NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES

UCAM não paga salários e IUPERJ pode fechar

Aos 80 anos, o professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes, Miguel Baldez, foi demitido pelo Reitor sob a alegação de que teria cometido falta disciplinar ao relatar, em audiência na Assembleia Legislativa do Rio, a situação precária vivida pela comunidade acadêmica da Universidade. “A UCAM não paga seus professores desde setembro do ano passado. Deve férias e o 13º de 2008 e 2009 aos professores e o de 2009 aos funcionários”, disse o docente, que é ex-procurador do estado (1963) e defensor da causa dos direitos humanos há quase 60 anos.

Na ALERJ, Baldez também denunciou a perda crescente de qualidade de ensino na UCAM. “Mencionei à reestruturação feita em várias unidades, nas quais se adotou os chamados ‘aulões’. O ‘aulão’ é a redução do curso a uma aula por semana.

Ao invés de termos duas aulas de dois períodos cada uma, o que significaria quatro aulas por semana, o curso foi reduzido a apenas três aulas em um mesmo dia, o que significa perda para o aluno”.

Baldez diz que os ‘aulões’ acarretam em perdas financeiras para os professores que, nas instituições particulares, são, na maioria, horistas e não recebem por dedicação à orientação e preparação de aulas, por exemplo. “Com essa medida, a UCAM reduz em 25% os salários”. Esse sistema só não foi ainda implantado em todas as unidades pela resistência de seu corpo docente e dos estudantes, disse.



IUPERJ pode encerrar atividades

O Instituto Universitário de Pesquisas do RJ- IUPERJ, cuja mantenedora é a UCAM, divulgou uma carta explicitando que as atividades deste centro de pesquisa e de pós-graduação em Ciências Sociais estão comprometidas devido a crise na Cândido Mendes.

O IUPERJ negocia com o Governo Federal a formação de uma Organização Social, que propiciaria aporte de recursos públicos, inclusive orçamentários, e privados para o Instituto. “Ocorre, porém, que não são poucos os obstáculos nesse caminho, até mesmo uma arguição de inconstitucionalidade das OS no Supremo Tribunal Federal”, diz a carta, assinada por docentes renomados, como Gilberto Velho, Jairo Nicolau e Luis Wernick Vianna.

Fonte: Com informações do IUPERJ e da ADURFJ

Movimento docente valoriza comunicação sindical como política estratégica

Integrantes do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes - GTCA do ANDES-SN estiveram reunidos em Brasília, com o intuito de definir a programação dos encontros de comunicação sindical, que acontecerão ainda neste semestre, promovidos pelo Sindicato Nacional. Primeiramente, acontecerão os encontros regionais, previstos para este mês, que serão realizados em Curitiba, Manaus, Salvador e São Paulo. O encontro nacional será em Brasília e está planejado para maio, quando Vito Giannotti, Lúcio Flávio Pinto e José Arbex – referências em jornalismo sindical – farão suas explicações em oficinas que serão oferecidas para militantes, diretores, estudantes e jornalistas das seções sindicais. Os eventos fazem parte de uma estratégia do ANDES-SN para promover o fortalecimento da política de informação e comunicação do Sindicato Nacional, buscando otimizar a mobilização e integração da categoria docente com os acontecimentos nacionais e regionais, além de divulgar a imagem e a luta da entidade em todo o Brasil para o público

externo às universidades.

Seguindo a tendência mundial de valorização da comunicação para se alcançar objetivos e resultados, o Sindicato Nacional pretende utilizar todas as ferramentas possíveis para conquistar novas filiações e avançar na luta por melhores salários e universidades públicas de qualidade. Entre as metas está: a criação de um portal de informações pelo sindicato, além da elaboração de uma campanha especial pela comemoração dos 30 anos de fundação do ANDES-SN, em fevereiro de 2011.

A reunião do GTCA vai ao encontro do Texto Resolução, apresentado durante o 29º Congresso do ANDES-SN por Sérgio Luiz Gadini, professor de Comunicação do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa – SINDUEPG Seção Sindical, que defende que fortalecimento e legitimidade do ANDES-SN



e de suas seções sindicais também passa pela busca de diretrizes para uma política de comunicação com viés estratégico. “No SINDUEPG, discutimos em assembléia que o fortalecimento do ANDES-SN também passa pelo reconhecimento deste setor em que hoje a gente encontra certa dificuldade de atuação. E trouxemos um texto para o 29º Congresso, como forma de contribuição. A ideia é provocar um debate mais do que necessário e atual”, disse Gadini ao INFORMANDES, durante o Congresso.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EDUCADORES MARXISTAS

Em defesa das reivindicações, direitos e interesses da classe trabalhadora



O Prof. Edmundo Fernandes Dias (foto acima), docente aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, anunciou, durante o 29º Congresso do ANDES-SN, a criação da Associação

Brasileira dos Educadores Marxistas (ABEM), em processo de regulamentação.

A ABEM é uma associação civil, autônoma e sem fins lucrativos, sem filiação partidária, que tem por objetivo organizar e articular educadores marxistas de todo o país. Educadores que, como diz a carta de apresentação da Associação, "são entendidos num sentido amplo, como todo aquele indivíduo que atua na elaboração, resolução e implementação de conhecimentos e soluções dos problemas do conjunto das classes populares". Portanto, *intelectuais* no sentido mais amplo da palavra, que assumem a perspectiva e comprometem-se com as lutas concretas de tais classes.

Ainda segundo a carta de apresentação da entidade, a formação da ABEM foi proposta durante o I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM), em maio de 2005. Contudo, sua fundação ocorreu em novembro de 2007, durante o III EBEM, realizado entre em Salvador (BA). Na ocasião, ficou determinado que a plenária final do IV EBEM, que se realizou em São José do Rio

Preto (SP), entre os dias 13 e 16 de julho de 2009, deveria dar o passo constitutivo da definição dos estatutos da Associação Brasileira de Educadores Marxistas.

A primeira Coordenação Nacional provisória da ABEM é constituída pelos seguintes membros titulares: Edmundo Fernandes Dias (Unicamp/SP, Coordenador Nacional), Lívia de Cássia Godoi Moraes (Unicamp/SP, Secretária), Sueli Terezinha Ferreira Martins (Unesp-Bauru/SP, Tesoureira), Lalo Watanabe Minto (Unicamp/SP); Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão (UERJ/RJ), Elza Margarida Peixoto (UEL/PR), Patrícia Torriglia (UFSC/SC), Suplentes: Daniel Álvares Rodrigues (UFPE); Antonio Élcio Padilha do Amaral (Pará); Angelo Antonio Abrantes (Unesp/SP), Irineu Tuim Viotto Filho (FCT-Unesp/SP), Maria Denise Guedes (IBILCE-Unesp/SP) e Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (FFC-Unesp/SP).

Interessados em participar da ABEM devem enviar email para coordenacao_abem@yahoo.com.br.

Advogado esclarece sobre a ação dos 28,86%: parte dos professores será contemplada

O assessor jurídico da ADUR-RJ, Marcelo Chalréo, esteve reunido com a Diretoria da Seção Sindical, no último mês de março. Na ocasião, foi acordado que, uma vez ao mês, o advogado comparecerá à sede para prestar esclarecimentos aos docentes sobre os processos em curso.

Abaixo, segue uma nota produzida pelo assessor jurídico da ADUR-RJ, pela qual presta informes sobre a ação dos 28,86%, ajuizada por alguns docentes.

Trata-se de processo de muitos anos, que, após discussão judicial, envolvendo inclusive terceira instância (Superior Tribunal de Justiça), resultou em decisão favorável para parcela de professores da UFRRJ. Parcela, pois, nem todos os docentes da Universidade serão beneficiados pelo pagamento, tendo

em vista que o Supremo Tribunal Federal, em controversa apreciação do assunto, resolveu por limitar o resultado desta ação - para todos os docentes do país e servidores públicos federais - com uma compensação em razão de aumentos anteriores obtidos, bem como fixando um teto para o cômputo da diferença, ou seja, até o ano de 1998.

De toda a sorte, é resultado expressivo, colhido por poucas associações de docentes (seções sindicais do ANDES), pois envolve/beneficia docentes em início de carreira (anos 1993/1998), assim como os que ocuparam cargos comissionados no citado período e aqueles que haviam incorporado determinados ganhos por funções de confiança e cargos em comissão.

Os cálculos estão em fase final de conclusão, dependendo, contudo, do

envio para o juiz do processo de alguns documentos (fichas financeiras) de professores da Universidade, o que deverá ser providenciado no momento oportuno pela UFRRJ. Com a chegada dessa documentação, os cálculos serão, então, concluídos, com a consequente cobrança dos valores individuais de cada docente relacionado no processo. É, portanto, algo que já se encontra definido (do ponto de vista de resultado judicial positivo), apenas se aguardando o desfecho da conta (valor) a ser cobrado da União Federal.



Marcelo Chalréo